

Trabalho e “loucura”*: articulações psicossociais possíveis? Reflexões da perspectiva da Psicologia Social do Trabalho**

Possible psychosocial joints between work and madness: Reflections from the Social Psychology of Work perspective

Recibido: marzo 4 de 2013 | Revisado: julio 23 de 2013 | Aceptado: septiembre 10 de 2013

MARCELO AFONSO RIBEIRO **

Universidade de São Paulo, Brasil

doi:10.11144/javeriana.UPSY12-4.tlas

Para citar este artículo: Ribeiro, M. A. (2013). Trabalho e “loucura”: articulações psicossociais possíveis? Reflexões da perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1269-1282. Doi: 10.11144/javeriana.UPSY12-4.tlas

* O fenômeno da “loucura” foi colocado entre parênteses para destacar que é uma categoria de significação e nomeação que está em mudança, e muda “porque o mundo como um todo tem vivido um momento de transição, no qual modelos consolidados seguem atuando, mas não mais de forma hegemônica, e novos modelos surgem para conviver com os modelos tradicionalmente estabelecidos” (Ribeiro, 2012, p. 67).

** O presente texto é um artigo de reflexão teórica baseado na síntese de 18 anos de investigações sobre a relação entre trabalho e “loucura” desenvolvidas tanto no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social quanto no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que redundaram em muitas publicações (Ribeiro, 1998, 2001, 2004, 2006, 2007, 2009a, 2009b, 2010, 2012). Agradecemos às instituições financiadoras nos variados momentos e nas investigações específicas desse percurso, entre elas: (a) a Fundação de Desenvolvimento Administrativo do Governo de São Paulo, Brasil (Fundap), que foi financiadora de investigações entre 1994 e 1996; (b) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Governo Federal do Brasil (CNPq), que foi financiador de investigações entre 1996 e 1998; (c) a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo, Brasil), pelo financiamento da pesquisa por meio do Programa de Capacitação Docente entre 1999 e 2004; e a Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil), pelo apoio financeiro no período de 2005 a 2012. Também agradecemos às instituições que foram o lócus do presente percurso investigativo: Ambulatório de Saúde Mental do Jaçanã (São Paulo, Brasil), Centro de Atenção Psicossocial de Diadema (São Paulo, Brasil) (Caps-Diadema), Serviço de Orientação Profissional da Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil) (SOP-USP) e Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho da Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil) (CPAT-USP).

*** E-mail: marcelopsi@usp.br

RESUMO

A psicologia do trabalho e das organizações tem estudado muito a saúde mental no trabalho, mas não há quase registros de estudos da possibilidade de trabalho para pessoas vivendo com sofrimento mental, sendo um fenômeno mais estudado por áreas exclusivamente da saúde. Assim, este artigo visa construir uma reflexão teórica das relações entre trabalho e “loucura” com base na proposta da psicologia social do trabalho, bem como fazer proposições, em termos teóricos, técnicos, programáticos e políticos, apontando a importância da inclusão desse campo do saber no campo interdisciplinar de estudos da temática. Conclui-se que o mundo contemporâneo do trabalho é, ao mesmo tempo, o mundo da precarização e o mundo das oportunidades, principalmente para pessoas vivendo com sofrimento mental.

Palavras-chave autores

Contemporaneidade, trajetórias de trabalho, desemprego, sofrimento mental, psicologia social do trabalho.

Palavras-chave descritores

Psicología Social, Trabajo, Brasil.

ABSTRACT

The Work and Organizational Psychology has studied with great intensity the mental health at work, but there are almost no investigations about the possibility of working for people living with mental illness, which is a phenomenon that has been studied in the Areas exclusively dedicated to health. Thus, this paper aimed to propose a theoretical reflection about the relation between work and “madness” grounded at the Social Psychology of Work and make theoretical, technical, programmatic and political propositions, besides indicating its importance to this specific interdisciplinary field of the study. As a conclusion, the contemporary world of work has been, at the same time, the world of precarization and the world of opportunities, especially for people living with mental suffering.

Key words authors

Contemporaneity, labor trajectories, unemployment, mental suffering, social psychology of work.

Key words plus

Social Psychology, Work, Brasil.

Lukács (2004) define o trabalho “como fenômeno originário, como modelo de realização do ser social” (p. 57) e “fundamento da atividade humana” (p. 60). Arendt (1993) versa que com a expressão “*vita activa*” pretende “designar três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação ... porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas mediante as quais (...) surge a condição humana de existência” (p. 15). Por sua vez, De Waelhens (1982) diz que “a loucura é, antes de mais nada, uma possibilidade intrínseca da própria existência” (p. iv) e, segundo Laplanche e Pontalis (1981), Freud (1993) diz que a loucura é “uma perturbação primária da relação libidinal com a realidade ... onde a maioria dos sintomas manifestos (particularmente construção delirante) são tentativas de restauração do laço objetual” (p. 390).

Distintas tradições filosóficas e epistemológicas (marxismo, fenomenologia, existencialismo, psicanálise e estruturalismo) se debruçaram tanto sobre a questão do trabalho quanto sobre a da “loucura”, as colocando como questões centrais da (e para a) existência humana, entretanto não relacionaram as duas entre si, considerando-as dimensões irreconciliáveis, como apontou Foucault (1976), ao dizer que “a loucura é ruptura absoluta da obra” (p. 529), ou seja, da possibilidade de existir e produzir em dado momento histórico e social, pois “ali onde não há obra, há loucura” (p. 530).

Assim, pode-se dizer que trabalho e “loucura” são eixos centrais da experiência humana: o primeiro eixo valorizado socialmente, sendo a presença do trabalho buscada; e o segundo eixo desvalorizado socialmente, sendo a ausência da “loucura” desejada. Ambos os eixos se articulam, podendo o trabalho gerar “loucura” e, ao mesmo tempo, ser uma maneira de emancipação da “loucura”.

Filosoficamente, há um sentido em pensar nas possíveis relações e articulações entre trabalho e “loucura”, mas o que a comunidade científica tem produzido em termos de investigações e pesquisas de campo? Ela, também, está de acordo com essa possibilidade de relação entre trabalho e “loucura”? E quais campos das ciências têm se dedicado a estudar essas possíveis relações e articulações? As possíveis relações psicossociais entre trabalho

e “loucura” têm sido estudadas com intensidade e densidade ao longo da existência humana, no que diz respeito tanto à questão das “loucuras” geradas pelo trabalho quanto à possibilidade de trabalho para pessoas vivendo uma situação de “loucura”.

Nesse sentido, a temática das relações entre trabalho e “loucura” permite dois caminhos possíveis de análise dessas articulações. O primeiro caminho pode ser definido como a “loucura” do trabalho, partindo do trabalho e resultando na “loucura”, pois a organização do trabalho é potencialmente geradora de “loucura” e produtora de psicopatologias do trabalho: do trabalho à “loucura” –caminhos da alienação e da psicotização (psicopatologias do trabalho). O segundo caminho pode ser definido como o trabalho na “loucura”, partindo da “loucura” e resultando no trabalho como uma atividade humana potencialmente geradora de emancipação: da “loucura” ao trabalho –caminhos da emancipação (*vita activa*).

As investigações acerca do primeiro caminho vêm sendo realizadas a partir dos anos 1950, como se pode visualizar em textos tradicionais (Canguilhem, 1947; Guillon, 1956; Jahoda, 1982; Le Guilant, 1956; Sivadon & Amiel, 1972), revisões de literatura (Alcántara & Sánchez, 2005; Andrade & Gómez, 2008; Bárbaro, Robazzi, Pedrão, Cyrillo, & Suazo, 2009; Billiard, 1996; Borsoi, 2007; Breihl, 1999; Gómez, 2007; Lima, 2003) e meta-análises da produção sobre a temática (Andrés, 2005; Lin, 2006; McKee-Ryan, Song, Wanberg, & Kinicki, 2005; Paul & Moser, 2009; Roelfs, Shor, Davidson, & Schwartz, 2011), em um sintético e parcial retrato desse campo de estudos e reflexões.

Por sua vez, as investigações acerca do segundo caminho vêm sendo realizadas desde os anos 1980, principalmente, também, em revisões de literatura (Favaro, 2006; López et al., 2004; Marwaha & Johnson, 2004; Weweiorski & Fabian, 2004; Zambroni-de-Souza, 2006a) e meta-análises da produção sobre a temática (Burke-Miller et al., 2006; Catty et al., 2008; Tsang, Lam, Ng, & Leung, 2000), também em um sintético e parcial retrato desse campo de estudos e reflexões.

O primeiro caso é um fenômeno já tradicionalmente investigado no campo da psicologia do

trabalho e das organizações no mundo todo, com forte presença na América Latina, nas chamadas “relações entre saúde mental e trabalho” (Andrade & Gómez, 2008; Bárbaro et al., 2009; Borsoi, 2007; Gómez, 2007); entretanto, no segundo caso, não há quase registros de estudos no campo, sendo um fenômeno mais estudado por áreas específicas da saúde, principalmente psiquiatria, enfermagem e terapia ocupacional (Jorge & Bezerra, 2004; Nicácio, Mangia, & Ghirardi, 2005; Ribeiro & Oliveira, 2005; Salles & Barros, 2009), embora a cartografia da publicação brasileira em saúde mental no período de 1980 a 1996 revele que apenas 4,6% dos estudos realizados abordam essa questão (Passos, 2003).

Diante dessa constatação, são prementes estudos e investigações sobre as relações entre trabalho e “loucura”, principalmente no caminho descrito da “loucura” ao trabalho, ou seja, analisando como as “pessoas vivendo com sofrimento mental” se inserem e permanecem no mundo do trabalho e constroem trajetórias laborais e carreiras.

“Pessoa vivendo com sofrimento mental” será a nomenclatura utilizada ao longo do artigo para definir as pessoas tradicionalmente chamadas de “loucas” ou “psicóticas” ou “doentes mentais” ou “portadoras de transtorno mental”, tendo em conta que essa seria uma situação psicossocial transitória, e não uma condição permanente ou constitucional, sem desconsiderar, entretanto, as questões psíquicas e orgânicas em jogo nessa situação, que marcam um modo de funcionar diferenciado, mas não necessariamente impossibilitador de uma vida social de produção (Ribeiro, 2009a).

Sampaio e Messias (2002) definem sofrimento mental como “dificuldade do sujeito em operar planos e definir sentidos para a vida, aliada a sentimento de impotência e vazio, o eu sendo experimentado como coisa alheia” (p. 151). Nesse sentido, psicossocialmente, a “loucura” pode ser entendida como:

Produto e produtora de um tipo especial de relação entre o subjetivo (sujeito) e o social (meio social) que coloca sujeitos em espaços de impossibilidade de dialética dessa relação, ou seja, presos em um lugar sem chance de colocarem o processo dialético em movimento: reduzindo-se a produtos e produ-

tores de uma mesma relação *ad infinitum*. (Ribeiro, 2009b, p. 56)

O presente artigo teve como objetivo, então, auxiliar na introdução dessa temática ainda pouco estudada no campo da psicologia do trabalho e das organizações por meio da apresentação de uma reflexão teórica e da sistematização dos principais achados e conclusões de pesquisas sobre as relações entre trabalho e “loucura”, principalmente desenvolvidas da perspectiva dessa área específica do saber, bem como fazer proposições de temas e eixos de investigação e intervenção para o campo da psicologia do trabalho e das organizações com base nesses achados, tendo a psicologia social do trabalho como base teórica e metodológica.

É importante salientar que o objetivo principal do artigo não será apresentar o estado da arte das relações entre “loucura e trabalho”, campo de imensa produção teórica e empírica, principalmente na área da saúde e da saúde mental, mas antes indicar uma escassa produção da psicologia do trabalho nessa temática, convocando essa área específica a compor, de modo mais significativo, o campo interdisciplinar de estudos das relações entre trabalho e “loucura”. Assim, a escolha da literatura utilizada teve como base produções oriundas da psicologia do trabalho e das organizações, bem como autores clássicos da temática, como Canguilhem, Castel e Foucault, e artigos do campo da saúde que oferecem o estado da arte dessa temática.

Em sintonia com as reflexões e as propostas de Blanch (2007), Peralta (2009), Pulido-Martinez (2007, 2009) e Schvarstein (1991), a psicologia social do trabalho tem como ponto de partida a psicologia social e concebe seu campo de estudos e intervenção, formado pelo mundo do trabalho e pelos fenômenos psicossociais do trabalho e das organizações, de forma interdisciplinar e com aproximações à psicologia política, comunitária e da saúde, e interfaces com as ciências sociais e humanas. Busca compreender e intervir nas estruturas e nos processos organizativos, bem como nas relações psicossociais entre as pessoas e o mundo do trabalho, de maneira coletivamente construída e em constante diálogo com os fenômenos e as

peças estudadas. Interessa-se pela compreensão de fenômenos como subjetividade, identidade e interação social e, em síntese, tem seu foco no fazer humano com a dualidade ontológica que ele carrega, ou seja, de gerar, ao mesmo tempo, realização e emancipação, de um lado, e sofrimento, alienação e adoecimento, do outro (Sato, Bernardo, & Oliveira, 2008; Spink, 1996).

Trabalho e “loucura” no mundo moderno

O mundo sociolaboral moderno, que perdurou de forma hegemônica até os anos 1970, presenciou a dominação do modelo taylorista-fordista de organização do trabalho, que, em sintonia com o ideário constituído pela modernidade, preconizava um modelo de trabalho sobredeterminado por: estabilidade, previsibilidade, continuidade, normalidade, adaptação, progresso e emprego –este como sinônimo de trabalho e central para a sociabilidade. Essas características, associadas ao trabalho, definiam quem poderia ser trabalhador e como seria configurada sua trajetória laboral (Blanch, 2003; Castel, 1997).

No caminho proposto da “loucura” ao trabalho, nesse contexto, a “pessoa vivendo com sofrimento mental” estava excluída do trabalho e sujeita a referenciais estigmatizantes que outorgavam um lugar fora da lógica produtiva, buscando eliminar diferenças e estabelecer um padrão totalizante (Canguilhem, 1986; Foucault, 1976).

O antagonismo e a impossibilidade de síntese da dualidade trabalho/“loucura” relegavam a pessoa rotulada como “louca” à exclusão de qualquer construção no mundo do trabalho, reduzindo sua existência ao estigma da posição de “louco” e, portanto, destinado a viver apartado da ação de obrar nas relações sociais e ocupar o lugar construído de assistido social, pois seria detentor de uma identidade deteriorada. (Ribeiro, 2009a, p. 99)

Segundo Goodwin e Kennedy (2005), “loucura” e trabalho sempre estiveram associados ao longo da história (ergoterapia, inatividade, trabalho assistido, atividade doméstica ou trabalho formal

remunerado), embora as atividades das “pessoas vivendo com sofrimento mental” não tenham sido sócio-historicamente consideradas trabalho ao longo de quase todo o século XX (Billiard, 1996; Castel, 1997; Canguilhem, 1947, 1986; Sivadon & Ameil, 1972; Zambroni-de-Souza, 2006a).

Segundo Billiard (1996), Paul Sivadon e Louis Le Guilland foram pioneiros na proposição de que haveria trajetória laboral possível para as “pessoas vivendo com sofrimento mental” ao reconhecer, assim como outros poucos autores, como Canguilhem (1947) e Goffman (2003), o trabalhador no doente mental; entretanto, somente nos anos 1960, com o movimento da Reforma Psiquiátrica, essas ideias ganharam força, embora não se constituam, até hoje, campo de investigações da psicologia do trabalho.

Em síntese, na modernidade o caminho da “loucura” ao trabalho não era possível e o trabalho não se constituía em um agente emancipador para a “loucura”. E, embora o trabalho conferisse normalidade e lugar social às pessoas, ele também era gerador de alienação e adoecimento, configurando um caminho do trabalho à “loucura” (Ribeiro, 2007, 2009a). Algo nas relações psicossociais entre trabalho e “loucura” teria mudado na contemporaneidade?

Trabalho e “loucura” no mundo contemporâneo

O mundo do trabalho contemporâneo pode ser definido pela flexibilização, pela precarização e pela heterogeneização, o que tem feito com que o trabalho, antes marcado pela normatividade, se veja entregue ao contingencialismo psicossocial que, se por um lado deixa as pessoas sem referências, por outro lado rompe com a tradição e com as exclusões sócio-historicamente configuradas, permitindo novas possibilidades num mundo em transição (Blanch, 2003; Castel, 1997).

A normatividade moderna, com seus padrões rígidos, gerava a inclusão dos que se adaptavam (chamados de “normais”) e a exclusão dos que não conseguiam ou não podiam se adaptar (chamados de “anormais”): por exemplo, as “pessoas vivendo com sofrimento mental”. Silva (2005) coloca que:

A mudança social em andamento desloca o mundo da sociedade disciplinar, que segregava o diferente e o assistia como excluído, para uma sociedade pós-disciplinar, na qual a gerência da diversidade tem lugar em nome da eficiência e da produtividade, abrindo espaço para grupos tradicionalmente excluídos ocuparem espaços e transitarem no seio da normalidade, moldados em outros padrões, que não os modernos, e numa relação de tensão constante, sem sínteses duradouras estáveis, gerando um estado de transição com dupla consequência. (Ribeiro, 2009a, p. 100)

De um lado, há o reforçamento de padrões antigos e a produção de novos padrões de exclusão, com formas mais heterogêneas de vida precária, de espaços de exclusão e de abandono social, gerando um grupo maior de desfiliaados (Castel, 1997), que se veem entregues à solidão da busca individualizada de referências num mundo que desenvolveu um padrão de mudança constante como norma, relegando-os a uma situação de deriva (Sennett, 2006). Além disso, a nova organização flexível do trabalho tem gerado cada vez mais adoecimento e situações-limite, como os casos de suicídio pelo trabalho (Dejours, 2010).

Entretanto, como um paradoxo, uma segunda consequência, antagônica à primeira, seria a produção de oportunidades de emancipação e a constituição de formas diferenciadas de relação social, que fariam surgir uma possibilidade de transformação normativa e de restituição da característica relacional inerente à construção da norma, resgatando a chance de relativizar a exclusão e o estigma, como no caso da “loucura”, enquanto absoluto psicossocial de anormalidade, e de constituir um novo lugar para os antigos excluídos.

Com suas referências, teorias e significações em crise, brechas e fendas possam se abrir na sua estruturação, que possibilitem novas articulações intersubjetivas entre trabalho e loucura; e, por conseguinte, novas formas existenciais, com o trabalho como mediador privilegiado dessas novas articulações, poderiam restabelecer uma possível dialetização das relações intersubjetivas para a pessoa em situação psicótica. (Ribeiro, 2004, p. 72)

Vale salientar que esse panorama que está sendo traçado parece configurar uma situação de mundo mais emancipadora que a anterior; entretanto, o movimento de exclusão e de adoecimento pelo trabalho é maior que o de inclusão e a transformação de padrão parece ser mais potencial do que concreta, o que é indicado pelos recentes episódios de suicídio no trabalho e pela naturalização do assédio moral como estratégia de gestão (Dejours, 2010), pela consolidação de patologias relacionadas ao desemprego de longa duração (Moisé, 2000) e pela precarização extrema das organizações do trabalho (Blanch, 2003).

Em sintonia com o desenvolvimento e as mudanças no processo social, a comunidade científica, principalmente desde os anos 1980, se dedica, com mais atenção, às relações possíveis entre trabalho e “loucura”. A base da análise aqui realizada foi uma síntese possível da literatura especializada mundial, principalmente dos Estados Unidos e de parte da Europa publicada em língua inglesa, além dos achados das pesquisas do presente autor (Ribeiro, 1998, 2001, 2004, 2006, 2007, 2009a, 2009b, 2012) e de Zambroni-de-Souza (2006a, 2006b, 2006c) e de poucos escritos em língua espanhola, basicamente de pesquisadores da Espanha, principalmente, mas não somente, buscando focar produções oriundas da psicologia do trabalho e sem ter como objetivo apresentar e analisar as estratégias de reabilitação psicossocial e as políticas públicas já existentes, mas antes refletir conceitualmente sobre as relações apontadas.

O trabalho na “loucura” na contemporaneidade

Em consulta realizada a três bancos de dados (Capes Periódicos, Pepsic e Redalyc), percebeu-se que as investigações do campo interdisciplinar de estudos e reflexões sobre a possibilidade de “pessoas vivendo com sofrimento mental” terem um trabalho competitivo e uma trajetória laboral reconhecida se tornam mais intensas a partir dos anos 1980 e têm uma grande produção nos últimos 20 anos.

Como retrato desse movimento, podem-se citar exemplos dessas investigações principalmente nos

Estados Unidos e parte da Europa –como o Reino Unido e os países nórdicos (Gioia, 2005; Gove, 2004; Huffine & Clausen, 1979; Tsang et al., 2000; Weweierski & Fabian, 2004)–, contudo ainda é um assunto incipiente em países como a Espanha (Crespo, 2007; Galilea & Colis, 2000; López et al., 2004; Mingote et al., 2008) e na América Latina (Favaro, 2006; Ribeiro, 1998, 2001, 2004, 2006, 2007, 2009a, 2012; Zambroni-de-Souza, 2006a, 2006b, 2006c). Além disso, o tema é basicamente estudado por autores de áreas especificamente dedicadas aos estudos da saúde, com algumas exceções, como Ribeiro (1998, 2001, 2004, 2006, 2007, 2009a, 2012) e Zambroni-de-Souza (2006a, 2006b), fundamentados pela psicologia social do trabalho, que mantém relações com a área da saúde, mas não poderia ser definida exclusivamente como área da saúde.

Antes de tudo, é importante frisar que há uma variabilidade das características do grupo nomeado de “pessoas vivendo com sofrimento mental” que deve ser levada em conta em qualquer tipo análise, conforme ressaltam López et al. (2004):

El colectivo de personas con trastorno mental severo (...) parece caracterizarse, en general y muy especialmente en el terreno del acceso a la actividad productiva y el empleo, por una considerable complejidad y variabilidad sincrónica y diacrónica. Complejidad y variabilidad que afectan a características, dificultades y factores implicados, contribuyendo a conformar, entre otras cosas, un grupo de personas muy diferente de otros colectivos con dificultades de empleo. (p. 2858)

Nas pesquisas consultadas sobre o tema nas últimas décadas, vários aspectos da relação entre “loucura” e trabalho são investigados e analisados em contextos distintos.

Primeiramente, é mister destacar o desejo de trabalhar e de ter uma trajetória laboral com continuidade manifestado pelas “pessoas vivendo com sofrimento mental”, como indicam Burke-Miller et al. (2006), Eklund (2008) e Ribeiro (1998, 2001, 2009a).

Outro ponto significativo de destaque são as pesquisas que apontam a real possibilidade de

trabalho para as “pessoas vivendo com sofrimento mental” a despeito de todas as dificuldades encontradas (Álvarez, 2010; Burke-Miller et al., 2006; Ribeiro, 2009a), embora a maior parte desses estudos indique que o trabalho protegido ou apoiado seja a alternativa de maior sucesso (Álvarez, 2010; Gioia, 2005; Tsang et al., 2000). Outrossim, apesar de a concepção de trabalho como tratamento (ergoterapia) ou de trabalho protegido ser uma etapa transitória importante para o (re) estabelecimento das articulações psicossociais entre trabalho e “loucura” (Álvarez, 2010; Gove, 2004; Tsang et al., 2000; Zambroni-de-Souza, 2006a), deve-se destacar que essas modalidades de trabalho podem contribuir para a cronicidade de uma situação de vulnerabilidade psicossocial, pois o trabalho, sempre que fosse possível, deveria ser “real, competitivo e remunerado, como potencial para o resgate da contratualidade psicossocial, entendida como habilidade de efetuar trocas em espaços concretos de ação entendidos como espaços públicos de interação” (Ribeiro, 2009a, p. 103).

Diante desse dilema, pesquisas analisaram o que dificultava e o que contribuía para a realização de um trabalho real para as “pessoas vivendo com sofrimento mental”.

Primeiramente, o objetivo da vida laboral deve ser claramente definido, pois ele pode ser parte de um processo de tratamento (modelos de reabilitação social, nos quais o trabalho cumpre o papel de normalização) ou pode se constituir em atividade social reconhecida (López et al., 2004; Ribeiro, 1998, 2004; Zambroni-de-Souza, 2006a).

Depois, os principais problemas para uma vida contínua de trabalho apontados pelas pesquisas seriam: a própria situação de sofrimento mental (Hervás & Cuevas, 1997; Ribeiro, 2009a); a inabilidade das pessoas para funcionarem independentemente e manterem o emprego (Álvarez, 2010; Crespo, 2007; Hervás & Cuevas, 1997; Ribeiro, 1998); a imaturidade vocacional, manifestada por expectativas irrealistas e por falta de experiências de sucesso vocacional (Hervás & Cuevas, 1997; Ribeiro, 2009a); a perda de adequado suporte pessoal (Ribeiro, 2001); e a falta de uma rede social e

o estigma social ainda vigente (Hervás & Cuevas, 1997; Ribeiro, 2007, 2009a).

Além do mais, a visão da sociedade acerca da “loucura”, expressa pela família (Ribeiro, 1998, 2004, 2009a), pelo mercado de trabalho (Ribeiro, 1998, 2009a) e pelos próprios profissionais responsáveis pelo tratamento e pela reabilitação social (Marwaha & Johnson, 2004), também dificulta o ingresso e a permanência no mundo do trabalho, o que se confirma nas taxas de participação mais baixas das “pessoas vivendo com sofrimento mental” no mercado de trabalho do que da população em geral (Marwaha & Johnson, 2004; Tsang et al., 2000) –ficando em torno de 15% a 30%– e nos índices de desemprego de três a cinco vezes mais altos (Burke-Miller et al., 2006; Sturm, Gresenz, Pacula, & Wells, 1999), conforme dados coletados nos Estados Unidos. Na Espanha, os dados apontam que, aproximadamente, apenas 10% das “pessoas vivendo com sofrimento mental” conseguem trabalhar (López et al., 2004).

Além disso, pesquisas indicam que, apesar de 40% das “pessoas vivendo com sofrimento mental” retornarem ao trabalho, apenas de 10% a 25% conseguem desenvolver uma trajetória de trabalho, de forma contínua ou descontínua (Tsang et al., 2000). Também indicam que é mais fácil conseguir um trabalho do que o manter. E 83.33% dos participantes da pesquisa realizada por Ribeiro (2009a), apesar de associarem o trabalho à saúde e à possibilidade de serem reconhecidos socialmente, supõem que é algo que não está destinado a quem sofreu uma crise psicótica (Álvarez, 2010), como corroboram dados norte-americanos que assinalam que “adultos vivendo com sofrimento mental” se consideram 49.6% mais inaptos para o trabalho do que a população geral, com índice de 24.5% (Sturm et al., 1999).

Os principais fatores que contribuiriam para o ingresso e a permanência no mundo no trabalho, configurando uma trajetória de continuidade laboral, seriam: ter história de trabalho no passado (Catty et al., 2008; Wewiorski & Fabian, 2004); ser jovem (Wewiorski & Fabian, 2004); ter um número reduzido de internações psiquiátricas e ter nível alto de formação educacional (Catty et al., 2008); bem como contar com o apoio e a conti-

nência das organizações do trabalho e de uma rede social de suporte (Catty et al., 2008; Ribeiro, 1998, 2001, 2004, 2006, 2009a).

O trabalho exerce uma função estruturante para todas as pessoas, mas, no caso das “pessoas vivendo com sofrimento mental”, se mostra fundamental, pois permitiria a recuperação de uma vida dotada de sentido e da possibilidade de ter um projeto de vida e de planejar o futuro (Álvarez, 2010; Galilea & Colis, 2000; Ribeiro, 1998, 2004, 2009b). “Gracias al desempeño de un trabajo el enfermo mental crónico adquiere el rol normalizado (o rol de trabajador) por encima del rol de enfermo” (Galilea & Colis, 2000, p. 111). Além disso, traria: sensação de bem-estar; reconhecimento; cuidado de si próprio; engajamento nas atividades cotidianas (Eklund, 2008); e possibilidade de controle dos sintomas (Nithsdale, Davies, & Croucher, 2008; Ribeiro, 1998, 2004).

O trabalho pode funcionar como elemento estruturante do real, que as “pessoas vivendo com sofrimento mental” necessitam como referência para sua vida; entretanto, também é uma situação geradora de angústia e sofrimento, o que as afasta de tentar trabalhar, como forma de evitar o fracasso (Ribeiro, 1998, 2004; Van Dongen, 1996). Segundo Crespo (2007), a integração sociolaboral é essencial para a reabilitação dessas pessoas, pois facilita sua autonomia e seu reconhecimento social, contudo elas apresentam dificuldades significativas de ingresso e manutenção no trabalho. “A experiência no trabalho não é uma experiência unitária e, portanto, não é boa, nem ruim, a priori, mas guarda potencialidade para ser estruturante” (Ribeiro, 2009a, p. 104).

Os efeitos do trabalho para as “pessoas vivendo com sofrimento mental” são controversos. Há autores que dizem que ele: confirmaria o estigma, pelos recorrentes fracassos potenciais, e seria gerador de novas crises (Gioia, 2005; Van Dongen, 1996); possibilitaria a construção de um lugar no mundo, a desconstrução do estigma de incapacidade laboral, a diminuição dos sintomas e a manutenção financeira (Tsang et al., 2000; Van Dongen, 1996); ou, então, geraria efeitos marginais e modestos (Gioia, 2005). Apesar disso, há o reconhecimento de que

o não trabalho e o desemprego são mais lesivos do que os fracassos no trabalho (Zambroni-de-Souza, 2006a).

Embora uma boa parte das pesquisas ainda indique uma grande dificuldade para que as “pessoas vivendo com sofrimento mental” trabalhem e façam do seu trabalho uma ação de emancipação, essa resultante vai depender de uma série de fatores conjunturais –por exemplo, mudanças na organização do trabalho, com arranjos flexíveis, tolerância ao diferente e auxílio mais atento das chefias e dos colegas (Álvarez, 2010; Crespo, 2007; Hervás & Cuevas, 1997; Mingote et al., 2008; Nithsdale et al., 2008; Ribeiro, 2009a), mudanças essas que encontram espaço na contemporaneidade (Blanch, 2003; Castel, 1997; Ribeiro, 2004, 2009a; Silva, 2005).

O apoio e a continência das organizações do trabalho apareceram, nas pesquisas de Ribeiro (2009a), Crespo (2007), Hervás e Cuevas (1997), Tsang et al. (2000) e Van Dongen (1996), como decisivos para a manutenção e o desenvolvimento de uma carreira; associados a um processo psicossocial de desconstrução da concepção de “louco”, potencializariam a emergência, para as “pessoas vivendo com sofrimento mental”, da possibilidade de trabalhar (Ribeiro, 2004, 2009a, 2012; Silva, 2005).

Em suma, as pesquisas das últimas décadas mostram uma relativização da concepção moderna de impossibilidade absoluta de relação psicossocial entre trabalho e “loucura” e assinalam que o trabalho se constituiria em experiência ambivalente, pois auxiliaria na desconstrução da concepção de “louco” que cada um tem de si, ao mesmo tempo que poderia reforçar esse estereótipo, mantendo o processo de estigmatização vigente durante o século XX. Na síntese das pesquisas realizadas, há a indicação de que:

O mundo sociolaboral vive um momento de transição, no qual convivem os tradicionais modelos de organização do trabalho e a normatização social atual, com novos modelos sociolaborais, nos quais novas formas de exclusão aparecem e atingem novos grupos de pessoas e as tradicionais formas de exclusão sofrem uma fragmentação, pois ainda operam, mas não de forma absoluta. (Ribeiro, 2009a, p. 112)

Contribuições da psicologia social do trabalho para o trabalho na “loucura” na contemporaneidade

Segundo as investigações apresentadas, há possibilidades contemporâneas de trabalho para as “pessoas vivendo com sofrimento mental”, entretanto um dos campos centrais de estudos do trabalho, das organizações do trabalho e do fazer humano por meio do trabalho, que é a psicologia do trabalho e das organizações, tem se dedicado pouco a essa temática. Com base nos principais achados das pesquisas consultadas e aqui apresentadas, como a psicologia do trabalho e das organizações poderia contribuir para os estudos na temática do trabalho na “loucura” na contemporaneidade?

Podem-se propor algumas interfaces, contribuições teóricas e metodológicas de investigação e de intervenção da perspectiva da psicologia social do trabalho com o objetivo de compor o campo interdisciplinar de compreensão e intervenção das questões relacionadas ao trabalho na “loucura”.

Em termos teóricos, caberia à psicologia social do trabalho estudar as especificidades dos sentidos do trabalho, da identidade e da trajetória laboral das “pessoas vivendo com sofrimento mental”, como propõe Lefsatadius, Eklund e Erlandsson (2009), bem como as modalidades de processos organizativos do trabalho nas quais o seu fazer humano pelo trabalho fosse possível, como as propostas de Hervás e Cuevas (1997), Ribeiro (2004, 2009a) e de Zambroni-de-Souza (2006a). Dentro dessa proposição, a economia solidária tem se mostrado um espaço muito interessante de inserção e permanência das “pessoas vivendo com sofrimento mental” no mundo do trabalho, como apontam estudos recentes (Lopes, 1999; Ministério da Saúde, 2006), embora, também, conte com poucos estudos da área da psicologia do trabalho e das organizações (Ribeiro, 2004; Zambroni-de-Souza, 2006c). Outra contribuição significativa seria analisar as possibilidades de trabalho para essa população por meio do levantamento e do estudo de propostas de processos organizativos de trabalho mais continentais a ela (Hervás & Cuevas, 1997).

É importante marcar que o mundo do trabalho tem se mostrado mais heterogêneo e flexível, o que, de um lado, traz mais precariedade ao fazer humano pelo trabalho e, de outro lado, potencialmente, pode romper com impossibilidades estruturais absolutas, como apontou Foucault (1976), e gerar uma ressignificação desse fazer humano com a contribuição de grupos anteriormente excluídos do mundo do trabalho, como as “pessoas vivendo com sofrimento mental”, levando em conta todas as dificuldades inerentes a esse processo psicossocial.

Além disso, pela ótica específica da psicologia social do trabalho, novas leituras acerca do fenômeno da “loucura”, que já vêm sendo realizadas pela psicologia social de modo mais amplo, podem ser propostas –por exemplo, a concepção da “loucura” como expressão da diversidade no mundo sociolaboral.

Em termos técnicos, a psicologia social do trabalho poderia adaptar suas estratégias tradicionais de intervenção –como preparação para o trabalho, planejamento e gestão das carreiras e das trajetórias laborais e estratégias de enfrentamento do desemprego– a esse grupo específico de pessoas, como propõem Ribeiro (1998, 2001, 2004, 2009b, 2010) e Valore (2010), indo ao encontro do que já vem sendo realizado na área da reabilitação psicossocial, na qual o retorno ao trabalho é objetivo central.

Em termos programáticos, poderia compor as equipes centradas na saúde mental, se elas já existirem –como é o caso dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e dos Centros de Convivência e Cooperativa no Brasil (Ceccos)–, que realizam programas de reabilitação psicossocial, de emprego protegido e de implementação de cooperativas autogestionárias, a fim de trazer outro olhar da questão do trabalho, focada menos na reabilitação psicossocial e mais na realização psicossocial por meio do trabalho, transformando uma questão da saúde em uma questão do trabalho, ou seja, introduzindo a discussão da categoria trabalho, de forma aprofundada, nas áreas da saúde mental. Além disso, a construção de programas específicos de auxílio na intermediação entre a reabilitação social e a inserção no mundo do trabalho seria fundamental, pois, em geral, esse é um momento muito difícil

(Ribeiro, 2004, 2010) e a economia solidária tem se mostrado uma alternativa concreta (Andrade, 2010; Ministério da Saúde, 2006; Pacheco, 2007).

Em termos políticos, poderia fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas e legislação específica sobre a questão, quando elas não existirem, como é o caso brasileiro e de muitos países da América Latina, propondo, por exemplo, lei de cotas para “pessoas vivendo com sofrimento mental”, como as já existentes para as pessoas com deficiência, na busca de oportunidades de inserção sociolaboral e de transformações na visão social geral acerca do fenômeno da “loucura” e das pessoas socialmente classificadas como “loucas” (Ribeiro, 2010).

Dentro desse quadro, seria importante reforçar ações de economia solidária que vêm sendo desenvolvidas há muitos anos em vários países da América Latina (Andrade, 2010; Andrade, Burali, Vida, Fransozio, & Santos, 2013; Lussi & Pereira, 2011; Ministério da Saúde, 2006; Pacheco, 2007) como alternativa interessante e pertinente, pois realizada na articulação entre esferas públicas distintas, em geral associadas aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, como a experiência brasileira da interlocução entre a coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes) (Ministério da Saúde, 2006).

Como se pode perceber, há um conjunto de ações importantes a serem realizadas, em termos teóricos, técnicos, programáticos e políticos, e a psicologia social do trabalho tem modelos já consolidados que poderiam auxiliar no enfrentamento interdisciplinar e multiprofissional das questões das relações entre trabalho e “loucura” e na construção de estratégias latino-americanas de acordo com as especificidades da região e em conjunto com as estratégias já existentes oriundas do campo da saúde.

Deve-se ressaltar que essas propostas não estão apartadas da situação precarizada que a maioria dos trabalhadores latino-americanos tem vivido, pois, se há uma nova oportunidade para as “pessoas vivendo com sofrimento mental” por conta da flexibilização da realidade sociolaboral, esse movimento tem gerado, também, índices mais altos

e novas formas de adoecimento no trabalho, bem como novas relações psicossociais com o trabalho, em geral associadas a condições de trabalho mais precárias, em razão da diminuição de direitos, do aumento do desemprego e do aumento significativo de situações de violência no trabalho, resultando em novas maneiras de humilhar e formas distintas de reação dos trabalhadores. Para Castel (1997), o mundo contemporâneo do trabalho é, ao mesmo tempo, o mundo das oportunidades e o mundo da precarização.

Considerações finais

O artigo buscou apresentar e debater a dupla possibilidade paradoxal de potencialidade e restrição do mundo do trabalho contemporâneo para o trabalho na “loucura” (caminho que parte da “loucura” e resulta no trabalho como atividade humana geradora de emancipação).

Potencialidade, pois a atual conjuntura de transição mundial parece estar criando novas possibilidades para as populações tradicionalmente excluídas, em razão da fragilização das estruturas sociais anteriormente vigentes e da emergência de novas estruturas, mais receptivas ao diferente. As “pessoas vivendo em situação de sofrimento mental” num mundo em transição podem criar lugares diferenciados para si pela desconstrução do conceito de “louco”, utilizando o trabalho como suporte, bem como uma parte dos trabalhadores tem tido a oportunidade de criar, também, práticas e lugares diferenciados para si no mundo do trabalho, tornando o trabalho numa atividade humana geradora de emancipação.

Restrição, pois, ao mesmo tempo, as “pessoas vivendo em situação de sofrimento mental” encontram extrema dificuldade em construir uma vida no trabalho, porque o estigma e a impossibilidade de trabalhar e construir uma carreira ainda são predominantes em suas vidas, num processo de reforçamento do ideário moderno que exclui quase completamente o “louco” do mundo do trabalho. Além disso, esse contexto de transição parece estar deixando uma boa parte dos trabalhadores desprotegidos e sem referência, muitas vezes tendo

de se submeter às ordens do mundo do trabalho, o que tem causado um aumento significativo de adoecimento no trabalho, inclusive com o surgimento de formas extremas de sua manifestação, como o suicídio.

Nesse sentido, a psicologia social do trabalho e das organizações, como área específica da psicologia que se dedica a compreender e a intervir sobre as questões relativas aos processos organizativos do trabalho e o fazer humano no trabalho, pode compor, de forma mais significativa, esse campo de estudo e intervenção e contribuir para ele, em termos teórico, técnico, programático e político, transformando em uma temática própria o trabalho para as “pessoas vivendo com sofrimento mental”, o que ampliaria o campo.

Referências

- Alcántara, S. M., & Sánchez, A. H. (2005). Necesidad de estudios y legislación sobre factores psicosociales en el trabajo. *Revista Cubana de Salud Pública*, 31(4), 338-344.
- Álvarez, M. L. (2010). El empleo y la recuperación de personas con trastornos mentales graves: la experiencia de Andalucía. *Norte de Salud Mental*, 8(36), 11-23.
- Andrade, M. C. (2010). O trabalho como interlocutor entre a saúde mental e economia solidária. In F. Hashimoto (Org.), *Psicologia e trabalho: desafios e perspectivas* (pp. 241-266). Assis, SP: Unesp.
- Andrade, M. C., Burali, M. A. M., Vida, A., Fransozio, M. B. B., & Santos, R. Z. S. (2013). Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 174-191.
- Andrade V., & Gómez I. (2008). Salud laboral: investigaciones realizadas en Colombia. *Pensamiento Psicológico*, 4(10), 9-25.
- Andrés, A. R. (2005). Income inequality, unemployment, and suicide: A panel data analysis of 15 European countries. *Applied Economics*, 37(4), 439-451.
- Arendt, H. (1993). *La condición humana*. Barcelona: Paidós.
- Bárbaro, A. M., Robazzi, M. L. C. C., Pedrão, L. J., Cyrillo, R. M. Z., & Suazo, S. V. V. (2009). Trans-

- tornos mentais relacionados ao trabalho: revisão de literatura. *Revista Eletrônica de Saúde Mental, Álcool e Drogas*, 5(2), 1-16.
- Billiard, I. (1996). Les conditions historiques et sociales de l'apparition de la psychopathologie du travail en France (1920-1950). In Y. Clot (Ed.), *Les histoires de la psychologie du travail* (pp. 69-84). Toulouse, France: Octarès.
- Blanch, J. M. (2003). *Teoría de las relaciones laborales*. Barcelona: UOC.
- Blanch, J. M. (2007). Psicología social del trabajo. In M. Aguilar & A. Reid (Coords.), *Tratado de psicología social: perspectivas socioculturales* (pp. 210-238). México/Barcelona: UAM/Anthropos.
- Borsoi, I. C. B. (2007). Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental [Edição Especial]. *Psicologia & Sociedade*, 19, 103-111.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2006). *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Brasília: Autor.
- Breihl, J. (1999). El escenario regresivo de la salud laboral en América Latina. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(3), 448-449.
- Burke-Miller, J. K., Cook, J. A., Grey, D. D., Razzano, L. A., Blyler, C. R., Leff, H. S., et al. (2006). Demographic characteristics and employment among people with severe mental illness in a multisite study. *Community Mental Health Journal*, 42(2), 143-159.
- Canguilhem, G. (1947). Milieu et normes de l'homme au travail. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 3, 120-136.
- Canguilhem, G. (1986). *Lo normal y lo patológico*. México: Siglo XXI.
- Castel, R. (1997). *La metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Barcelona: Paidós.
- Catty, J., Lissouba, P., White, S., Becker, T., Drake, R. E., Fioritti, A., et al. (2008). Predictors of employment for people with severe mental illness: Results of an international six-centre randomised controlled trial. *The British Journal of Psychiatry*, 192(3), 224-231.
- Crespo, M. D. (2007). *Las esquizofrenias*. Madrid: Elserier.
- Dejours, C. (2010). *Trabajo y suicidio*. Madrid: Modus Laborandi.
- De Waelhens, A. (1982). *La psicosis: ensayo de interpretación analítica y existencial*. Madrid: Morata.
- Eklund, M. (2008). Work status, daily activities and quality of life among people with severe mental illness. *Quality of Life Research*, 18(2), 163-170.
- Favaro, M. (2006). L'intervention en santé mentale au travail: une lecture interactionniste. *Revista Ciencias de la Salud*, 4(2), 64-81.
- Foucault, M. (1976). *Historia de la locura en la época clásica* (Vol. 2, 2a. ed.). México: Fondo de Cultura Económica.
- Freud, S. (1993). La pérdida de la realidad en la neurosis y en la psicosis. In *Obras completas* (Vol. 19). Buenos Aires: Amorrortu.
- Galilea, V., & Colis, J. (2000). Algunas razones en favor de la rehabilitación laboral de personas con enfermedad mental crónica. *Revista Trabajo Social Hoy*, 28, 104-112.
- Gioia, D. (2005). Career development in schizophrenia: A heuristic framework. *Community Mental Health Journal*, 41(3), 307-325.
- Goffman, E. (2003). *Estigma*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Gómez, I. C. (2007). Salud laboral: una revisión a la luz de las nuevas condiciones del trabajo. *Universitas Psychologica*, 6(1), 105-113.
- Goodwin, A. M., & Kennedy, A. (2005). The psychosocial benefits of work for people with severe and enduring mental health problems. *Community, Work and Family*, 8(1), 23-35.
- Gove, W. R. (2004). The career of the mentally ill. *Journal of Health and Social Behaviour*, 45(4), 357-375.
- Guillon, J. J. (1956). Psychopathologie du travail. In G. Friedmann & P. Naville (Org.), *Traité de sociologie du travail* (pp. 158-169). Paris: Armand Colin.
- Hervás, A., & Cuevas, C. (1997). Estudio descriptivo de la situación laboral de la población con trastorno esquizofrénico del Área Sanitaria Virgen del Rocío de Sevilla. *Intervención Psicosocial*, 6(3), 393-404.
- Huffine, C. L., & Clausen, J. A. (1979). Madness and work: Short-and-long-term effects of mental illness on careers. *Journal of Social Forces*, 57(4), 1049-1062.
- Jahoda, M. (1982). Work, employment, and unemployment: Values, theories, and approaches in social research. *American Psychologist*, 36, 184-191.
- Jorge, M. S. B., & Bezerra, M. L. M. R. (2004). Inclusão e exclusão social do doente mental no trabalho. *Texto & Contexto Enfermagem*, 13(4), 551-558.

- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1981). *Diccionario de psicoanálisis* (3a. ed.). Barcelona: Paidós.
- Le Guillant, L. (1956). La névrose des téléphonistes. *La Presse Médicale*, 13, 274-277.
- Leufstadius, C., Eklunda, M., & Erlandsson, L. -K. (2009). Meaningfulness in work: Experiences among employed individuals with mental illness. *Work*, 34(1), 21-32.
- Lima, M. E. A. (2003). A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho. *Psicologia em Revista*, 10(14), 82-91.
- Lin, S. (2006). Unemployment and suicide: Panel data analyses. *The Social Science Journal*, 43(4), 727-732.
- Lopes, I. C. (1999). Centros de convivência e cooperativa: reinventando com arte agenciamentos de vida. In M. I. A. Fernandes, I. R. Scarcelli & E. S. Costa (Orgs.), *Fim de século: ainda manicômios?* (pp. 139-162). São Paulo: IPUSP.
- López, M., Laviana, M., Alvarez, F., González, S., Fernández, M., & Vera, M. P. (2004). Actividad productiva y empleo de personas con trastorno mental severo. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 24(89), 31-65.
- Lukács, G. (2004). *Ontología del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta.
- Lussi, I. A. O., & Pereira, M. A. O. (2011). Empresa social e economia solidária. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 5(2), 515-521.
- Marwaha, S., & Johnson, S. (2004). Schizophrenia and employment: A review. *Psychiatric Epidemiology*, 39(5), 337-349.
- McKee-Ryan, F. M., Song, Z., Wanberg, C. R., & Kinicki, A. J. (2005). Psychological and physical well-being during unemployment: A meta-analytic study. *Journal of Applied Psychology*, 90(1), 53-76.
- Míngote, J. C., Del Pino, P., Huidobro, Á., Gutiérrez, D., De Miguel, I., & Gálvez, M. (2008). El paciente que padece un trastorno psicótico en el trabajo: diagnóstico y tratamiento. *Medicina y Seguridad del Trabajo*, 53(208), 1-24.
- Moisé, C. (2000). Desempleo e impacto subjetivo. In I. Cortazzo & C. Moisé (Coords.), *Estado, salud y desocupación* (pp. 121-147). Buenos Aires: Paidós.
- Nicácio, F., Mangia, E. F., & Ghirardi, M. I. G. (2005). Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. *Revista de Terapia Ocupacional USP*, 16(2), 62-66.
- Nithsdale, V., Davies, J., & Croucher, P. (2008). Psychosis and the experience of employment. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 18(2), 175-182.
- Pacheco, J. (2007). Salud mental y economía solidaria: inclusión social por el trabajo. In J. J. Rodríguez (Ed.), *La reforma de los servicios de salud mental: 15 años después de la Declaración de Caracas* (pp. 291-294). Washington: OPS.
- Passos, I. C. F. (2003). Cartografia da publicação brasileira em saúde mental: 1980-1996. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 231-240.
- Paul, K. I., & Moser, K. (2009). Unemployment impairs mental health: Meta-analyses. *Journal of Vocational Behavior*, 74(3), 264-282.
- Peralta, M. C. (2009). La construcción de sujetos en las nuevas realidades laborales: reflexiones para su estudio desde la psicología organizacional y del trabajo. In M. C. Aguilar & E. Rentería (Coords.), *Psicología del trabajo y de las organizaciones: reflexiones y experiencias de investigación* (pp. 53-74). Bogotá: Universidad San Tomás.
- Pulido-Martinez, H. C. (2007). Produciendo trabajadores modernos: conocimiento psicológico y el mundo del trabajo en el sur. *Universitas Psychologica*, 6(1), 27-38.
- Pulido-Martinez, H. C. (2009). Examinando las operaciones de la psicología en su relación con el trabajo. In M. C. Aguilar & E. Rentería (Coords.), *Psicología del trabajo y de las organizaciones: reflexiones y experiencias de investigación* (pp. 77-97). Bogotá: Universidad San Tomás.
- Ribeiro, M. A. (1998). Atelier de trabalho para psicóticos: uma possibilidade de atuação em orientação profissional. *Psicologia Ciência e Profissão*, 18(1), 12-27.
- Ribeiro, M. A. (2001). Atelier de trabalho para psicóticos: uma atualização. *LABOR*, 1(0), 91-106.
- Ribeiro, M. A. (2004). *Orientação profissional para "pessoas psicóticas"*. Tese de Doutorado não publicada, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Ribeiro, M. A. (2006). El derecho al trabajo: la posibilidad del desarrollo de la carrera por personas psicóticas. In *Memorias V Congreso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos* (pp. 1-4). Buenos Aires: UPMPM.

- Ribeiro, M. A. (2007). Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(1), 75-91.
- Ribeiro, M. A. (2009a). Trabalho e loucura: possibilidades de carreira para pessoas em situação psicótica. *Mental (Barbacena)*, 7(12), 97-117.
- Ribeiro, M. A. (2009b). O dispositivo grupal como estratégia de orientação profissional para pessoas em situação psicótica. *Vínculo*, 6(1), 53-64.
- Ribeiro, M. A. (2010). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 331-346.
- Ribeiro, M. A. (2012). *Uma abordagem psicossocial da carreira com base no construcionismo social*. Tese de Livre-Docência não publicada, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Ribeiro, M. B. S., & Oliveira, R. L. (2005). Terapia ocupacional e saúde mental: construindo lugares de inclusão social. *Interface*, 9(17), 425-431.
- Roelfs, D. J., Shor, E., Davidson, K. W., & Schwartz, J. E. (2011). Losing life and livelihood: A systematic review and meta-analysis of unemployment and all-cause mortality. *Social Science & Medicine*, 72(6), 840-854.
- Salles, M. M., & Barros, S. (2009). Vida cotidiana após adoecimento mental: desafio para atenção em saúde mental. *Acta Paulista de Enfermagem*, 22(1), 11-6.
- Sampaio, J. J. C., & Messias, E. L. M. (2002). A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In M. G. Jacques & W. Codo (Orgs.), *Saúde mental e trabalho: leituras* (pp. 143-171). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sato, L., Bernardo, M., & Oliveira, F. (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicologia para a América Latina (online)*, 15.
- Schvarstein, L. (1991). *Psicología social de las organizaciones: nuevos aportes*. Buenos Aires: Paidós.
- Sennett, R. (2006). *La corrosión del carácter*. Barcelona: Anagrama.
- Silva, L. B. C. (2005). Três questões sobre as psicoses. *Mental*, 2(4), 113-131.
- Sivadon P., & Amiel R. (1972). *Psicopatología del trabajo*. Madrid: Reus.
- Spink, P. K. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Sturm, R., Gresenz, C. R., Pacula, R. L., & Wells, K. B. (1999). Labor force participation by persons with mental illness. *Psychiatric Services*, 50(11), 1407-1411.
- Tsang, H., Lam, P., Ng, B., & Leung, O. (2000). Predictors of employment outcome for people with psychiatric disabilities: A review of the literature since the mid'80s. *Journal of Rehabilitation*, 66(2), 19-31.
- Valore, L. A. (2010). Orientação profissional no contexto psiquiátrico: contribuições e desafios. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(1), 121-131.
- Van Dongen, C. (1996). Quality of life in working and nonworking persons with mental illness. *Community Mental Health Journal*, 32(6), 535-548.
- Wewiorski, N. J., & Fabian, E. S. (2004). Association between demographic and diagnostic factors and employment outcomes for people with psychiatric disabilities: A synthesis of recent research. *Mental Health Services Research*, 6, 9-21.
- Zambroni-de-Souza, P. C. (2006a). Trabalho, organização e pessoas com transtornos mentais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(1), 91-105.
- Zambroni-de-Souza, P. C. (2006b). Trabalho e transtornos mentais graves: histórico e questões contemporâneas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(1), 154-167.
- Zambroni-de-Souza, P. C. (2006c). Trabalhando com saúde: trabalho e transtornos mentais graves. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 175-183.